

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE,  
REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E CINCO-----**

-----Aos vinte e nove dias do mês de Abril de dois mil e cinco, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, sob a Presidência do Senhor Doutor Miguel Angêlo Machado Soares, em substituição do Senhor Dr. Laurentino José Monteiro Castro Dias, por se encontrar ausente do concelho, sendo primeira secretária a Senhora Doutora Olinda Joaquina Teixeira Alves e segundo secretário o Senhor Engenheiro Rui Pedro Ribeiro Valente. Verificada, pelo Senhor Presidente da Mesa, a existência de quorum, foi declarada aberta a reunião quando eram vinte e uma horas e cinquenta minutos, anotando-se no competente livro de registo a presença de sessenta e cinco membros e a falta dos restantes.-----

-----Foram anunciados pelo Senhor Presidente da Mesa os seguintes pedidos de suspensão de mandato: Arlindo Gil Ribeiro Gonçalves e Doutora Isabel Oliveira Ferreira, ambos eleitos nas listas do Partido Socialista, por um período de trinta dias, por se encontrarem ausentes do Concelho e Adelino Domingues Costa, José Ricardo Carvalho Leite Silva e Doutor Brás Mateus, eleitos nas listas da Coligação PSD-CDS/PP, por um período de trinta dias, por motivos profissionais, e de convalescença, no caso do Doutor Brás Mateus, tendo o Senhor Presidente deixado votos de rápida recuperação. Como ninguém se quis pronunciar sobre os referidos requerimentos foram os mesmos postos à votação, sendo aprovados, por unanimidade, tomando assento os elementos que se seguem nas respectivas listas, por se encontrarem presentes na sala. Requereram ainda a sua substituição o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Antime, Senhor Armando Teixeira, substituído nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal pela Secretária, professora Maria Isaura Nogueira; o Senhor Presidente da Junta de Cepães, Celso Manuel Leite Oliveira, fazendo-se representar pelo Secretário,

Senhor Albino Silva Maia; o Senhor Presidente da Junta de Paços, Senhor Joaquim Barbosa Fernandes, fazendo-se representar pelo Senhor Manuel António Carvalho Fernandes, e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fornelos, Doutor Vitor Orlando Cunha Silva, indicando em sua substituição o Senhor Fernando Leite Costa Tesoureiro da Junta de Freguesia. De imediato, o Senhor Presidente deu conhecimento do expediente, que ficou à disposição de todos os membros da Assembleia. Entrou-se no Período de Antes da Ordem do Dia. A Mesa registou a entrada de dois documentos: Um Voto de Congratulação, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pela nomeação do Dr. Laurentino Dias como Secretário de Estado do Desporto e da Juventude do XVII Governo Constitucional. Colocada a proposta à discussão, interveio o Engenheiro Albino Costa, eleito nas listas do Partido Socialista, o qual, na qualidade de proponente, justificou a proposta por o Presidente desta Assembleia ser um dos melhores do Partido Socialista e um dos mais bem preparados para exercer cargos desta nomeada, o que é motivo óbvio para regozijo e dispensa mais fundamentação. Aproveitou ainda para fazer um apelo aos membros desta Assembleia, funcionários que com esta colaboram, extensível à Câmara para, em final de legislatura, se associarem a um momento de confraternização e convívio, que passará por um almoço no Restaurante Turismo, iniciativa a ter lugar antes do início do Verão, como melhor será definido pelos organizadores a saber: o próprio, o Doutor Humberto Castro e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Gens. Usou da palavra o Doutor Pedro Gonçalves, eleito nas listas do PSD, a afirmar que sempre foi entendimento do seu partido que a grandeza das terras também se mede pela grandeza das pessoas que a habitam, independentemente da sua filiação partidária, entendendo ser da maior justiça, a congratulação agora feita pela subida ao governo do Doutor Laurentino Dias, expressando os mesmos votos pelo PSD de Fafe, e por conseguinte, votar favoravelmente a proposta em discussão, contudo lamentou que atitude semelhante não

tenha sido tomada por outras bancadas quando elementos do seu partido também atingiram posições de destaque no Governo. Seguidamente interveio o Doutor Altino de Cima, eleito nas listas do CDS/PP, reafirmando os votos de congratulação pessoais e do partido que representa, ao Doutor Laurentino Dias, a quem já cumprimentara pessoalmente e o mesmo havia feito nesta Assembleia, logo, votando favoravelmente esta proposta. Colocada a proposta à votação, esta foi aprovada, por unanimidade, obrigando-se a Mesa a dar disso conhecimento ao Senhor Presidente da Assembleia, hoje ausente por motivos ponderosos. Seguiu-se uma intervenção do Engenheiro José Manuel Batista, eleito nas listas do PSD, mostrando preocupação pela crescente insegurança no nosso Concelho, resultante de assaltos a estabelecimentos comerciais, estabelecimentos de ensino e transeuntes, com particular ênfase na Cidade, sem que nada seja feito para o evitar por parte das autoridades competentes: o poder Central e a Autarquia. Assim estabeleceu três grandes áreas de intervenção para a Autarquia: Primeira – a Polícia Municipal deverá ter uma intervenção mais eficaz no combate ao pequeno crime urbano não apenas os problemas de trânsito e fiscalização; segunda – a GNR deverá assumir uma força policial mais visível em todo o concelho, não só durante o dia mas essencialmente durante a noite e, por último, impõe-se uma intervenção a nível social, criando condições sócio-culturais, por forma a evitar, a médio prazo, o aparecimento de bandos de crime organizado, mormente por jovens pertencentes a faixas sociais mais carenciadas, eles próprios vítimas de exclusão. Usou da palavra o Doutor Humberto Castro, eleito nas listas do PSD, o qual, dividiu a sua intervenção em três partes. Referiu uma notícia do Jornal “Correio de Fafe”, de 1 de Abril, alusiva às obras do Parque Municipal de Desportos, que finalmente iriam ter luz verde, julgando tratar-se do cumprimento de uma promessa feita aquando do Governo do Engenheiro Guterres, embora pecasse por exagerada, designadamente no que se prende com o elevado nível do Centro de Estágio e Formação bem como do aumento de lotação

previsto, que, de resto, seria normal e exequível, não fosse a data do jornal ser a referida, em sintonia com as promessas dos políticos. Alertou a Câmara para o problema de perigo físico e de saúde pública que constitui o abandono de cães nas ruas e parques da cidade, sendo necessário dar-lhes um destino, sensibilizar e penalizar quem os abandona. Teceu ainda algumas considerações, a título pessoal, sobre a toponímia da cidade, sendo do parecer que nomes de países, que nada dizem às pessoas, deveriam ser substituídos por nomes de Fafenses ilustres, que se distinguiram por obra feita, algo mais importante do que sensibilidades doutrinárias ou de pensamento como é o caso do professor Manuel Cardoso e do Senhor Maia, assunto que merecia ser repensado. Não terminou sem que aludisse ao seu “enterro político antecipado” feito em tom elogioso pelo Engenheiro Albino Costa. Seguiu-se uma intervenção do Engenheiro Fava dos Santos, eleito nas listas do PSD, que, na qualidade de representante da Assembleia Municipal junto da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, verificou que muitas das actividades que estavam programadas para o ano passado não se realizaram por dificuldade de verbas, lacuna que, a par de recursos humanos (outra grande carência do Instituto) a Câmara poderia ajudar a resolver, estando representada nessa instituição. Por lapso, só agora foi lido o segundo documento entrado na Mesa, a Moção da Coligação Democrática Unitária, no sentido de recomendar ao Governo a tomada de medidas urgentes e necessárias para o accionamento das cláusulas de salvaguarda previstas no acordo de liberalização do sector Têxtil e Vestuário da OMC, por o sector Têxtil ter um peso decisivo, no nosso Concelho, no Vale do Ave e na economia portuguesa, por estarem em perigo várias dezenas de postos de trabalho e centenas de pequenas e médias empresas, num sector já muito fustigado pelo desemprego e por baixos salários. Mais delibera que o conteúdo desta moção, bem como a decisão desta Assembleia seja dada a conhecer, não só ao governo, como também a todos os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República. Usou da palavra o Senhor

Américo Castro, eleito nas listas da CDU, a fazer a defesa da proposta, por estar em causa a importância do sector têxtil e os postos de muitos milhares de trabalhadores, com reflexo inevitável na economia nacional, sendo urgente accionar as cláusulas de salvaguarda que estão previstas neste acordo, na esteira de países que já o fizeram e da própria União Europeia que equaciona, neste momento, as medidas a tomar para que as empresas tenham tempo de se adaptar a este novo mercado. Interveio o Engenheiro Albino Costa, o qual, corroborou a grande relevância deste assunto para os Concelhos da nossa região, ameaça que resulta do fenómeno da globalização, cheio de oportunidades para o Terceiro Mundo, excepto quando se procede a um super proteccionismo nos mercados do Primeiro Mundo. Afirmou-se preocupado com esta matéria, que é presentemente objecto de diligências que o governo português está a fazer no contexto da União Europeia, no sentido de se adoptarem medidas de salvaguarda para os produtos têxteis, passíveis de concorrência desleal por parte dos chineses, pese embora o facto de estarmos integrados na UE nos obrigar a concertar a nossa posição com o que é também a sua soberania nesta matéria. Pelo exposto, o Partido Socialista votará favoravelmente esta proposta. Usou da palavra o Senhor Américo Castro, para acrescentar que desde noventa e cinco decorrem negociações sobre esta matéria sem que os governos fizessem algo para minorar as consequências que agora sentem. Colocada a proposta à votação, esta foi aprovada, por unanimidade. Seguiu-se uma intervenção do Senhor Américo Castro a questionar a Câmara sobre a paragem das obras na Rua de Angola, há sensivelmente três semanas, com tudo o que de incómodo isso representa para transeuntes e moradores, o que lhe permite concluir uma de duas coisas: pressa justificada pelo próximo acto eleitoral ou falta de planeamento, o que se lhe afigura mais plausível, por o concurso para reforço da rede de água se processar em Abril, quando as obras começaram em quinze de Março. Usou da palavra a Doutora Leonor Castro, eleita nas listas da CDU, para comunicar os inúmeros

inconvenientes que têm causado as obras na Rua de Angola, não só para os moradores, como também para todos os que circulam por essa via. Por experiência própria e tendo o cuidado de o observar pessoalmente, desde o início das obras até minutos antes de começar esta Assembleia, pôde constatar que a obra não está devidamente sinalizada – apenas um percurso alternativo num dos vários acessos à referida rua – nem havendo tão pouco, qualquer placa que identifique os responsáveis pela obra. Lembrou ainda que esta situação foi já por si denunciada aquando das obras no outro extremo da rua, tendo então merecido por parte do executivo a resposta de que a sinalização estaria colocada de forma adequada, resposta que contestou. A situação que presentemente denuncia vem reforçar a questão da importância da sinalização, que, em seu entender, não pode de modo algum, ser relegada para segundo plano. Seguiu-se uma intervenção do senhor presidente da Junta de Freguesia de Fafe, que, na sequência da intervenção feita pelo Engenheiro José Manuel Batista, discordou da exclusão social como factor de risco para a marginalidade, referindo que na cidade de Fafe o bando dos ricos está a roubar mais do que o bando dos pobres. Ainda em relação à intervenção do doutor Humberto Castro, no que se prende com a toponímia, entendeu-a como uma picardia deixada à Assembleia, adiantando-lhe que tal proposta não passará e, com vista à sua eventual formulação, lhe ofereceria um livro da Junta de Freguesia de Fafe, da autoria do Doutor Coimbra, “Os Desafectos do Estado Novo”. Interveio o Doutor Pedro Gonçalves, para dizer que a marginalidade não tem a ver com a origem social, pois se o ladrão é rico ou pobre não interessa nada, o que importa é que é ladrão. Retomando o assunto das superfícies comerciais lembrou uma frase proferida pelo senhor Presidente da Assembleia, no contexto da subida de Arões a vila, em que o mesmo referiu ser incapaz de tomar uma decisão em nome da Assembleia sem ouvir os seus membros, para fazer o paralelo com o processo de legalização das referidas superfícies, situação em que, na sua óptica, se disse uma coisa e se fez outra, combinando-se coisas, datas e horas numa

Sexta-feira, para na Terça-feira seguinte se tomar uma decisão em nome da Assembleia, contrariando o que havia sido acordado. Assim, solicitou uma explicação ao Senhor Presidente da Mesa. Em resposta, o Senhor Presidente esclareceu a sua participação neste processo, sempre na qualidade de representante do Senhor Presidente da Assembleia, por impedimento deste, razão por que foi contactado na véspera da reunião, altura em que se colocou a questão da utilidade de se fazer a reunião com os líderes parlamentares, visto que o documento vindo do Ministério da Economia não tinha chegado. Sem documento a ser presente aos líderes parlamentares, essa reunião não foi convocada. Assim, na Terça-feira, o Senhor Presidente apareceu para a reunião, no seguimento da reunião de Sexta-feira. Usou da palavra o doutor Pedro Gonçalves, para insistir na crítica de ter havido uma tomada de posição em nome da Assembleia sem uma consulta prévia. O Senhor Presidente da Mesa mais disse que a posição tomada na Terça-feira foi a mesma que deveria ter sido tomada na reunião anterior, se não tivesse sido levantada uma questão processual, não havendo lugar a alteração dessa posição face ao documento remetido pelo Ministério da Economia à Câmara Municipal. Interveio o Doutor Pedro Gonçalves, a discordar desta versão dos factos, na medida em que a discussão do assunto nem sequer chegou a ser feita, por acordo de todos os presentes, donde não se poderia inferir que a decisão estaria tomada. O Senhor Presidente respondeu novamente que tinha havido uma reunião anterior e deveria ter sido então que a posição de aprovação ou não das superfícies comerciais deveria ter sido tomada, o que só não se verificou por a Associação Empresarial ter levantado uma questão meramente processual. Aproveitou também para informar a Assembleia sobre uma reunião que se destinou a apreciar um documento em falta, exigido pelo Ministério da Economia, relativo a uma das superfícies e um pedido de ampliação relativamente pequeno do Intermarché, que foi aprovado pela unanimidade da comissão. Usou da palavra o Engenheiro Fava dos Santos, para comentar o riso por si observado, no final

da sua intervenção anterior, que imputou ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fafe, considerando que ou o mesmo tinha a ver com o assunto versado, o que para si era grave, ou consigo próprio, o que se aproximava da má educação. Seguidamente interveio o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arões S. Romão, deixando algumas considerações a saber: agradou-lhe a iniciativa do almoço convívio, aconselhando uma antecipada calendarização; questionou-se sobre a importância das deliberações tomadas nesta Assembleia, no sentido do seu efeito prático, designadamente no que se relaciona com as lojas dos chineses, que, não respeitando as mesmas regras, representam uma concorrência desleal, não obstante concordou com a moção apresentada pela CDU; Lamentou a atitude das forças de segurança, nomeadamente a GNR, que falam de falta de comunicação dos Senhores Presidentes de Junta relativamente a situações que ocorrem nas Freguesias; referiu a existência de problemas graves na sua freguesia, relacionados com casas de alterne não legalizadas, questionando a segurança que temos no nosso país e, por último expressou o anseio de ver Arões elevado à categoria de Vila, tudo tendo feito para isso, aguardando melhores dias. Usou da palavra o Doutor Humberto Castro, entendendo por bem delegar o dossiê da toponímia nos Fafenses de gema, apesar de como Fafense de adopção, verificar que o Tribunal de Fafe, entre outras infra-estruturas, foi feito pelo Professor Manuel Cardoso. Retomando a iniciativa do almoço convívio, em complemento da informação já avançada pelo Engenheiro Albino Costa, precisou alguns detalhes – um sábado, percurso a pé (2 horas), ou de carro, apoio providenciado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Gens e custos, obviamente, assumidos pelos próprios. Seguiu-se uma intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Gens, que, na linha de pensamento do Doutor Humberto Castro, no que à toponímia respeita, afirmou que, na sua freguesia, só duas pessoas, o Professor Ferreira Leite e o Padre Manuel, deram o nome a ruas ou pracetas porque foram elas que fizeram alguma coisa pela terra,

o mesmo defendendo para a cidade de Fafe, em que o senhor Maia construiu o asilo (e já teve nome de rua) e o Professor Manuel Cardoso, o Tribunal (registado em nome da Câmara Municipal), a Escola Industrial e o Posto Médico, obra que se lhe afigura mais importante do que as conotações políticas que se possam fazer. Finalmente usou da palavra o Senhor Américo Castro, respondendo a duas intervenções anteriores. Esclareceu que a CDU não está hoje mais moderada do que no passado, contrariamente ao que o Senhor Presidente da Junta de Arões S. Romão sugeria, ao invocar outros tempos, pois está previsto que o Presidente da Assembleia pode ser substituído pelos secretários e o Presidente da Câmara pelos Vereadores. No tocante à parte final da intervenção do Senhor Presidente da Junta de S. Gens, replicou que se o Professor Manuel Cardoso mandou construir o Tribunal, também mandou encerrar o externato de Fafe, uma das conquistas da altura, e mandou prender os seus Directores, ponto que merece ser esclarecido, para quem não saiba. Findas as intervenções referentes ao período de Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Mesa passou a palavra ao Senhor Vereador Doutor Antero Barbosa, para que o mesmo respondesse às questões levantadas pelos membros da Assembleia Municipal. No uso da palavra, o Doutor Antero justificou a ausência do Senhor Presidente da Câmara, convidado na véspera para acompanhar a comitiva do Primeiro Ministro, no Distrito de Braga. Em resposta ao Doutor Humberto Castro, no que concerne ao Parque Municipal de Desportos, disse estar de acordo com ele, no sentido de se honrarem os compromissos que se assumem, esperando que este governo cumpra o protocolo que celebrou com a Câmara, lamentando ainda não ter sido possível dar execução ao projecto, apesar da iniciativa levada a cabo pela Autarquia. Já em relação à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, questão levantada pelo Engenheiro Fava dos Santos, referiu não dispor de dados precisos sobre o cancelamento de algumas acções, por se tratar de uma área tutelada pelo Doutor Raul Cunha, também ausente, fazendo chegar essa preocupação ao senhor

Presidente da Câmara. Por último, no que respeita às questões abordadas pelo Senhor Américo Castro e pela Doutora Leonor Castro, concernentes à Rua de Angola, apesar de se não tratar de uma área tutelada pelos Vereadores presentes, afirmou que, já em fase de execução da obra, foram detectados problemas na canalização da água - problema que só se apresenta na fase de execução da obra – sendo necessário proceder à abertura de um concurso para execução dessas infra-estruturas, podendo ser esse o motivo do atraso da obra, até porque o vencedor do concurso foi outro empreiteiro. Referiu ainda que o Senhor Presidente daria informação mais precisa sobre este assunto e que a sinalização da obra iria ser verificada, como compete à Câmara. Como os Senhores Vereadores responderam nas áreas que superintendem, o Senhor Vereador Manuel Salgado deu conta das diligências tomadas junto da Senhora Procuradora, Doutora Maria do Carmo, o comandante da GNR e o Governo Civil, no caso do grupo que faz os assaltos em Fafe. Assim, informou o Engenheiro José Manuel Batista que a Câmara está atenta a este problema, a GNR tem o grupo de assaltantes praticamente identificado, tendo-o apresentado a tribunal, cujo Juiz de turno os pôs em liberdade. Finalmente, o Senhor Vereador Teixeira Alves, em relação à problemática dos cães na via pública, questão levantada pelo Doutor Humberto Castro, reconheceu não ser este um problema fácil de resolver, pelo elevado número de animais envolvidos, pela dificuldade da captura, pois trata-se de animais abandonados, desenvolvendo um comportamento anti-social, mas, sobretudo pela falta de cidadania dos donos, designadamente caçadores e pessoas que mudam de residência. Informou que existem neste momento no canil vinte e seis animais, dos quais alguns doentes a necessitar de acompanhamento veterinário, após o que podem ser canalizados para adopção, com um chip identificativo, o que constitui uma salvaguarda para o futuro dono. A este propósito, deixou ainda um apelo para que as pessoas adiram a este programa, com a dupla vantagem de conhecerem o cão e ajudarem a retirá-lo da rua. Findo o Período de Antes da Ordem do Dia, entrou-se

de imediato na Ordem do Dia - **PONTO DOIS PONTO UM** – *“Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade Municipal”*

- O Senhor Presidente da Mesa deu por abertas as inscrições para discussão deste ponto e como ninguém quis intervir passou-se então ao **PONTO DOIS PONTO DOIS** - *“Apreciação e deliberação da Prestação de Contas de dois mil e quatro”* – O Senhor Presidente da Mesa deu por abertas as inscrições para discussão deste ponto. Usou da palavra o Doutor Pedro Gonçalves, que, fazendo um pequeno balanço da gestão autárquica, disse que pouco ou nada se fez em termos de saneamento básico e abastecimento de água, imputando a Câmara tudo o que de mal aconteceu nesta área ao Engenheiro Domingos, que a cantina Multiusos quase só tem servido para festas e afins, faltando uma estratégia de suporte ao tecido económico local, que o Parque da Cidade se tem transformado num monte de betão, que, na cultura, o mais importante continuam a ser os livros da sempre meia dúzia do reino, que, na educação, não obstante os vinte e cinco anos de governo socialista no nosso concelho, os resultados continuam a ser desastrosos (mais de cinquenta por cento da população não tem sequer a escolaridade obrigatória) apesar do elevado investimento nesta área, que, nas freguesias, fez-se alguma obra, prometeu-se outras tantas e comprometeu-se com muito mais para aos anos vindouros, que, no desporto, não existe uma estratégia global de apoio à prática desportiva, resolvendo-se muitas vezes os problemas com subsídios ou com iniciativas válidas, mas sem continuidade e retorno durante o ano, como a Volta a Portugal em Bicicleta, que, no turismo, nada se fez pelo património gastronómico ou religioso, áreas competitivas face aos concelhos vizinhos, questionando-se sobre a validade e o funcionamento da Empresa Municipal de Turismo, que, nos orçamentos, confunde-se o económico com o financeiro, realidades que, embora relacionadas, são completamente diferentes, que os licenciamentos continuam morosos, devendo-se optar pela sua informatização, aumentando a transparência e a celeridade dos processos, concluindo

que alguma coisa foi feita de positivo certamente, mas é possível fazer muito mais e melhor. Como mais ninguém interveio sobre este ponto, usou da palavra o Doutor Antero Barbosa, o qual, referiu tratar-se de um documento técnico da responsabilidade da gestão financeira, suficientemente elucidativo do que eram as intenções e opções da Câmara no início do ano e aquilo que foram os constrangimentos, logo, os resultados que se conseguiram ou não obter. Ficando aquém do que era a intenção do executivo, percebe-se facilmente que da receita arrecadada não transitou saldo algum para o ano de dois mil e cinco, o que traduz a postura da Câmara nesta matéria, que é a de só fazer aquilo para que tem dinheiro, honrando assim os compromissos com aqueles que prestam serviços à autarquia. Relativamente às considerações feitas pelo doutor Pedro Gonçalves, o Senhor Vereador concordou que é sempre possível fazer mais, mas realçou a marca positiva que caracterizou estes dois últimos mandatos, nomeadamente no campo da acção social, onde se desenvolveu um bom trabalho e na área da educação, onde os resultados nem sempre são fáceis de alcançar a curto prazo esperando, contudo, que o esforço feito no pré-escolar venha a dar frutos futuramente. Como mais ninguém quis intervir sobre esta proposta, foi a mesma posta à votação, em resultado da qual foi aprovada, por maioria, com dez abstenções; Passou-se ao **PONTO DOIS PONTO TRÊS - “Apreciação e deliberação dos documentos da Prestação de Contas de dois mil e dois – Óptica Patrimonial”** - Usou da palavra o Doutor Antero Barbosa, a prestar esclarecimento sobre o porquê de só agora a Câmara apresentar as contas na óptica patrimonial referente ao ano de dois mil e dois, quando o deveria ter feito no próprio ano havendo, por isso, um atraso de dois anos. Efectivamente, só na reunião de Setembro passado foi aprovado pela Assembleia Municipal o Inventário e Balanço da Câmara referente a dois mil e um, o que se prende com o facto de a Câmara ter optado pela não contratação de serviços exteriores para o fazer, recorrendo aos próprios serviços, cujos técnicos afirmaram em reunião de Câmara que estes documentos se

actualizariam em dois mil e cinco. O Senhor Vereador adiantou que o documento de dois mil e três já está produzido e até Junho ficará pronto o de dois mil e quatro, o que possibilitará, no decurso de dois mil e cinco, apresentar todos os documentos em falta, por forma a regularizar a situação, o que significa que esta Assembleia, na reunião de Setembro ainda poderá apreciar e deliberar sobre as contas de dois mil e três e dois mil e quatro, na óptica do património. Pediu a palavra o Doutor Pedro Gonçalves, afirmando que os serviços funcionam mal quando se apresentam as contas com dois anos de atraso, o que é mais gravoso quando se verifica nas contas da Câmara de dois mil e quatro que os encargos com o pessoal ascendem a cerca de um milhão de contos ano. Além do mais, o facto de o inventário só ter sido aprovado em Setembro do ano passado decorre do atraso na sua elaboração. Comentando a afirmação do Doutor Antero Barbosa, especificamente no que se prende com a transição de pouco dinheiro de um ano para o outro (justificação recorrente), contrariou esta leitura dos factos, porquanto se trata de uma óptica puramente financeira, o que atestam os documentos de dois mil e dois, pois, em termos económicos, no exercício desse ano transitou para dois mil e três um resultado de cerca de seiscentos mil contos. Como mais ninguém quis intervir sobre este ponto, o mesmo foi posto à votação, em resultado da qual, foi aprovado, por maioria, com oito abstenções. Passou-se ao **PONTO DOIS PONTO QUATRO - “Apreciação e deliberação do Regulamento de Resíduos Sólidos e Limpeza Pública”** – Dada a palavra ao Senhor Vereador Teixeira Alves para que apresentasse a proposta, pelo mesmo foi dito que se trata de um documento estruturante, regulamentar para todos os Municípios do Vale do Ave, porque inseridos no Sistema Integrado de Resíduos do Vale do Ave. Discutido ao longo de dois anos na Associação de Municípios, resultou no compromisso possível entre os vários regulamentos já existentes da Amave, por forma a uniformizar regras e, futuramente o sistema tarifário. Este regulamento já cumpre a legislação de resíduos no que respeita à norma do poluidor pagador e ao princípio de

que o resíduo é de quem o produz e, bem assim, pretende dar um sinal aos promotores imobiliários sobre o tipo de equipamento a que podem recorrer para que não haja discricionariedade. O Senhor Vereador elencou ainda os vários tipos de recolha de resíduos sólidos existentes na Amave tendo-se privilegiado, no caso de Fafe, a recolha domiciliária em dias fixos, uma estrutura mais cara, mas que reduz a quantidade de lixo e maus cheiros nas ruas, evitando problemas de vizinhança, como acontece em alguns concelhos. Usou da palavra a Doutora Leonor Castro, que, em face de um documento tão extenso e específico por um lado, mas também da reconhecida necessidade de tratamento dos resíduos sólidos, se interrogou sobre o encargo que isto representará para os munícipes já tão sobrecarregados de taxas, licenças e impostos, questionando se não deveria este ser encarado como um problema da autarquia. Por outro lado expressou a dificuldade que sentiu em avaliar com precisão a justiça deste documento, pois confrontada com uma série de fórmulas, equações e cálculos, ficou sem saber, em termos práticos, qual a taxa que isto representa para os Munícipes. Seguiu-se uma intervenção do Doutor Humberto Castro, que, referindo-se ao artigo quarenta e um, quis saber quem fará a aplicação da vigência das normas , isto é, quem vai aplicar as coimas. No mesmo artigo, alínea n)- Lançar ou abandonar animais estropiados, doentes ou mortos na via pública – foi do parecer que também os animais saudáveis deviam ser contemplados com determinadas penalizações. Ainda no mesmo artigo, alínea u) – Lançar volantes ou panfletos promocionais ou publicitários na via pública – foi do entendimento que esta alínea também respeita aos partidos políticos, mais uma vez questionando, quem fará a aplicação da lei e, se em altura de eleições, terá a imparcialidade necessária na aplicação da multa. Interveio o Engenheiro Fava dos Santos, a ressaltar o artigo dezanove, alínea a) – é proibido colocar nos equipamentos, vias e outros espaços públicos monstros, definidos na alínea f) do artigo quarto deste Regulamento, parecendo-lhe que falta qualquer coisa no artigo quarto, alínea f), que

seriam os veículos degradados, área em que a Câmara deveria dar o exemplo, sob pena de se lhe aplicar o artigo quarenta e dois, ponto um – as coimas referidas anteriormente são elevadas ao dobro no caso de pessoas colectivas. Acrescentou que gostaria de saber se a Câmara Municipal aplicaria a si própria uma coima no caso da antiga Estação Ferroviária de Fafe, local votado ao desleixo nas proximidades da Câmara. Dada a palavra ao Senhor Vereador Teixeira Alves, para que respondesse às questões colocadas, pelo mesmo foi dito que a situação apresentada pela Doutora Leonor Castro é uma questão prévia a todo o Regulamento, que assenta no princípio do poluidor pagador, que é uma imposição legal, estando as Câmaras obrigadas a perseguir o equilíbrio económico, caminho que a Câmara pretende fazer progressivamente, tendendo a anular a diferença entre o custo que o serviço tem para a Câmara e a receita que cobra junto dos beneficiários do Serviço. As questões levantadas pelo Doutor Humberto Castro e Engenheiro Fava dos Santos mereceram a mesma resposta: não entram nos resíduos porque não são resíduos, sendo aplicados uma Postura Municipal relativa ao trânsito de animais na via pública e o Código da Estrada aos veículos que não cumprem a legislação. No que respeita ao estaleiro, função que desempenha a antiga Estação Ferroviária de Fafe, a Câmara utiliza esse local para armazém de materiais que são usados na reparação de vias, bem como para um conjunto de viaturas que, ao abrigo de um protocolo antigo, celebrado entre a Câmara e o Tribunal, eram lá colocados. A Câmara já notificou o Tribunal a recolher as viaturas que lhe pertencem, presas pelo desfecho de processos, fazendo ali a Câmara apenas um trânsito de cerca de um mês até que as suas viaturas vão para abate. Finalmente, em resposta à questão dos panfletos, também há legislação específica que diz que os partidos políticos não têm que pedir licença, têm é que dar conhecimento à Câmara, procedimento sempre observado, pelo que não houve até agora problemas nesse sentido. Como mais ninguém se quis pronunciar sobre esta proposta, foi a mesma posta à votação, tendo sido aprovada, por

maioria, com dez abstenções. Esgotada, assim, a ordem de trabalhos, pelo Senhor Presidente da Mesa foi perguntado ao Público se pretendia usar da palavra. Interveio o Senhor Paulo Fraga, a questionar o facto de o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fafe considerar o Professor Manuel Cardoso um fascista enquanto o senhor Presidente da Câmara atribuiu uma medalha de mérito ao Jornal que ele fundou há sessenta e cinco anos, que louvava muito os do antigo regime, considerando isso uma hipocrisia. Acrescentou ainda que se o Senhor Américo Castro fosse o Presidente da Câmara não lhe daria a medalha de mérito. Foram encerrados os trabalhos, quando eram vinte e três horas e quarenta e cinco minutos. E, nos termos legais e regimentais se lavrou a presente acta que, sendo aprovada, por unanimidade, no final da sessão, nos termos do artigo noventa e dois da Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.-